

COMUNICADO DE IMPRENSA

Trabalhadores do Sector das IPSS e Misericórdias mal remunerados e reclassificados exigem o desbloqueamento da Contratação Colectiva de Trabalho

DIRECÇÃO DO S.T.S.S.S.S. APELA À CGTP para que APROVE DATA DA REALIZAÇÃO DE UMA GREVE GERAL NO PAÍS CONTRA O PACOTE LABORAL

1 - Os trabalhadores portugueses estão, neste momento, a ser alvo de um brutal ataque do governo contra os seus direitos, através de uma campanha que pretende dramatizar as questões orçamentais, visando restringir, nomeadamente, a actualização dos salários para 2003, culpabilizar os trabalhadores pela baixa produtividade e por todos os problemas que limitam o desenvolvimento do país.

2 - O Governo, com estes argumentos, pretende pôr em causa a actual Lei de Bases da Segurança Social e todo o edifício jurídico laboral conquistado com o 25 de Abril;

3 - Constata-se que não tem deixado de aumentar a desumanização nas relações de trabalho no sector das IPSS, há tentativas de bloqueamento da contratação colectiva e ao mesmo tempo, é visível a desresponsabilização das entidades patronais relativamente aos aumentos, categorias profissionais, horários de trabalho, etc. ;

4 - No caso das Misericórdias e IPSS em geral, o facto destas Instituições não terem procedido até agora à actualização das remunerações para o corrente ano (e já estamos em Setembro!), não pode dissociar-se do actual clima de desprezo com que estão a

ser tratados todos os trabalhadores, devido à campanha do governo. O comportamento da União das Misericórdias é propício a tal clima, já que, depois das alterações introduzidas pelo Acordo Laboral no final do ano passado, esta União deixou de mostrar interesse em negociar as propostas de aumentos e outras questões propostas pelos sindicatos, apesar de apresentadas há já bastante tempo; por outro lado, os problemas internos das Instituições, como as carreiras dos Educadores Sociais e outros assuntos importantes, debatem-se com o nulo interesse pelo diálogo, por parte das entidades responsáveis, o que é contraproducente para o clima de estabilidade que devia existir no sector.

A não resolução dos problemas dos Educadores Sociais acarreta graves prejuízos para a dignificação profissional destes trabalhadores e não serve os interesses das instituições.

Trata-se de SITUAÇÃO VERDADEIRAMENTE ESCANDALOSA, EM QUE A CATEGORIA DOS EDUCADORES SOCIAIS ESTÁ NIVELADA, FUNCIONAL E REMUNERATIVAMENTE, PELA DOS TRABALHADORES COM HABILITAÇÃO TÉCNICO - PROFISSIONAL - HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DO 12º ANO - QUANDO DEVERIAM SER INTEGRADOS NOS GRUPO DOS QUADROS SUPERIORES, NO CASO DE SEREM LICENCIADOS E NOS QUADROS MÉDIOS, OS BACHAREIS.

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social, denuncia a situação dos 1.200 Educadores Sociais do sector e, desde já, INFORMA as seguintes medidas previstas para o mês de Outubro:

1 - Exigência à União das Misericórdias Portuguesas e União das IPSS do respeito pelo direito à negociação colectiva e para que iniciem imediatamente a discussão com os Sindicatos das matérias contempladas nas propostas do Sindicato para o Contrato Colectivo de Trabalho apresentado;

2 - Solicitar à Mesas Administrativas das Misericórdias com Educadores Sociais ao seu serviço, a realização de um diálogo urgente, **neste momento em que se encontram em vigor as tabelas salariais definidas para 2001 e estão ainda em aberto muitas das outras questões respeitantes aos trabalhadores das Instituições;**

3 - Reafirmar a exigência ao Governo que ponha de lado o seu projecto de "Lei de Bases de Segurança Social", retomando o trabalho de regulamentação da Lei em vigor;

4 - Reclamar ao governo que abandone os objectivos altamente retrógrados e conservadores do seu ante - projecto de "Código de Trabalho";

5 - Disponibilizar - se para apoiar todas as formas de luta que se torne necessário desenvolver, participando, desde já, no Cordão Humano pela Solidariedade e Trabalho com Direitos convocado pela CGTP para o próximo dia 1 de Outubro;

6 - Prosseguir o esclarecimento e a informação, através de reuniões dos trabalhadores com vista à denuncia do Pacote Laboral. Reconhecemos que há questões que têm de ser alteradas nas leis laborais, **mas para melhor**; no entanto, depois de analisadas com muita atenção, verificamos que as propostas do Governo são inaceitáveis para o sector, pois com estas medidas voltaríamos atrás com o 25 de Abril nas Instituições Particulares de Solidariedade Social; por isso, apelamos ao Conselho Nacional da CGTP que pondere a possibilidade da realização de uma greve geral, em data a definir urgentemente;

7 - Enviar a presente posição ao Governo e às Uniões das Misericórdias e das IPSS.

Porto, 28 de Setembro de 2002

A DIRECÇÃO